**PREGÃO Nº ....../20...**

**Processo Administrativo n.°2348/2021**

**ANEXO II**

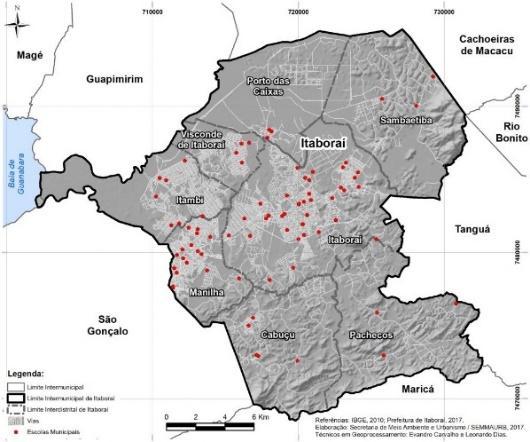
**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO
   1. Aquisição de equipamentos, materiais e EPI’s para atender a demanda de roçada e capina das 95 unidades escolares e das 04 unidades sob a responsabilidade da SEMED/Fundo Municipal de Educação**,** conforme condições, quantidades e exigências estabeleceramdas neste instrumento:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificação** | **Unid.** | **Quant.** |
| **Item** | **Especificação Material Permanente** | **Unid.** | **Quant.** |
| 1 | **Roçadeira Profissional** – lâmina e fio de nylon, Tipo do motor: Monocilindrico, 2 tempos, refrigerado a ar, cilindrada: 50cc (mínimo), diâmetro do cilindro: 40mm (mínimo), potência: 2,55kW/ 3,41HP/ 6500Rpm (mínimo), combustível: Gasolina + Óleo 2 tempos, capacidade do tanque: 1,0 Litro (mínimo) | Unid. | 2 |
| 2 | **Roçadeira Profissional com KIT PODA** – lâmina e fio de nylon, Tipo do motor: Monocilindrico, 2 tempos, refrigerado a ar, cilindrada: 50cc (mínimo), diâmetro do cilindro: 40mm (mínimo), potência: 2,55kW/ 3,41HP/ 6500Rpm (mínimo), combustível: Gasolina + Óleo 2 tempos, capacidade do tanque: 1,0 Litro, **com faca de corte , nýlon, motopoda e podador de cerca viva.** | Unid. | 1 |
| 3 | **MOTO ESMERIL DE BANCADA PROFISSIONAL** - - Especificações Técnicas aproximadas, mínimo: Diâmetro do rebolo: 8" x 1" x 5/8", Tensão: 110V 220V bivolt, Potência (mono): 1,0HP, Frequência: 60Hz, Rotação: 3450RPM (mínimo) | Bobina | 1 |
| **Item** | **Especificação Material de Consumo** | **Unid.** | **Quant.** |
| 4 | **Bobina Nylon - Espessura do fio:**3,0 mm - Comprimento total: 200 metros (mínimo) - Perfil do fio: Quadrado - Peso total SÓ fio: aproximado 2 KG - Peso total bobina + fio: 2 KG e 200 gramas - Cor do fio: Laranja - Aplicação: Roçadeiras diversas - Garantia POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO: 3 meses conforme lei de defesa do consumidor | Unid. | 10 |
| 5 | **Rebolo de Pedra para Esmeril**, compatível com o item 4, de 8"(MOTO ESMERIL DE BANCADA PROFISSIONAL) | Bisnaga 150 gramas | 10 |
| 6 | **Escova De Aço Esmeril**, compatível com o item 4 (MOTO ESMERIL DE BANCADA PROFISSIONAL) | Unid. | 5 |
| 7 | **Graxa** com 150 gramas esta graxa e especial para utilização em ponteiras de roçadeiras de qualquer marca, modelo ou potência. Graxa a base de lítio com bissulfeto de molibdênio. Resiste a altas temperaturas de até 180 graus. | Unid. | 50 |
| 8 | Lâmina 2 Pontas Para Roçadeira, compatível com o item 1 (Roçadeira Profissional) | Unid. | 100 |
| 9 | Lamina 2 Pontas Para Roçadeira, compatível com o item 2 (Roçadeira Profissional) | Unid. | 50 |
| 10 | Podador de galhos com serrote e cabo metálico extensível de (mínimo) 300cm corte em ambos os sentidos | Unid. | 2 |
| 11 | Tesoura de Poda Profissional - Tesoura leve - Lâminas em aço carbono temperado, para maior durabilidade do fio e corte mais preciso. - Cabo ergonômico e confeccionado em alumínio com material emborrachado - Batente emborrachado, amortecendo o impacto de fechamento das lâminas. - Trava de segurança para fechamento das lâminas - Diâmetro de corte máximo admitido: 20 mm. - Tecnologia Bypass (corte cruzado). Indicado para galhos verdes. | Unid. | 2 |
| 12 | Tesoura De Cortar Grama E Cerca Viva 12 Polegadas (mínimo) - A tesoura temperada em todo o corpo da peça, maior resistência e menor desgaste durante o uso - Lâminas lisas e polidas fabricadas em aço carbono especial de alta qualidade - O cabo resistente e produzido com madeira de origem renovável - Cabo com acabamento envernizado - | Unid. | 2 |
| 13 | Serra Manual Para Cortar Madeira com 41cm (mínimo) - A lâmina feita de aço de manganês SK5, resistente à ferrugem, alta dureza e durabilidade; equipado com dentes afiados de ponta tripla para corte rápido e eficiente para jardinagem, poda, aparar, serrar e cortar madeira. | Unid. | 2 |
| 14 | Foice Roçadeira c/Cabo 110cm (mínimo) - foice temperada em todo o corpo da peça, com maior resistência e menor desgaste durante o uso; fabricada em aço carbono especial de alta qualidade; com pintura eletrostática a pó, que tem uma maior proteção contra oxidação; a lâmina usinada em máquina de desbaste; olho de 32 mm de diâmetro; cabo resistente de 110 cm desta ferramenta resistência, produzido com madeira de origem renovável. | Unid. | 2 |
| 15 | Facão Para Mato Granel 20" (mínimo), Cabo Madeira | Unid. | 2 |
| 16 | Machado 3,5 Lbs (mínimo) - Aço Forjado Temperado Com Cabo Madeira de 90 cm; Afiado de fábrica o Machado Soldado com Cabeça Redonda; pintura eletrostática a pó, protegendo contra oxidação; cabo de 90 centímetros em madeira de origem renovável que acabamento envernizado; temperado em todo o corpo da peça, maior resistência e menor desgaste durante o uso; | Unid. | 2 |
| 17 | Marreta 1kg (mínimo) Ferro Fundido Com Cabo Madeira - Sistema de fixação da cabeça ao cabo por pressão e acabamento em resina epóxi; cabeça é protegida contra oxidação com pintura por imersão; Cabo em madeira de origem renovável; marreta fixada por pressão e cunha em madeira. | Unid. | 2 |
| 18 | Carretel para fio de Nylon para Roçadeira Profissional compatível com o item 1 (Roçadeira Profissional) | Unid. | 10 |
| 19 | Carretel para fio de Nylon para Roçadeira Profissional compatível com o item 2 (Roçadeira Profissional) | Unid. | 5 |
| 20 | Protetor da porca do eixo de transmissão para roçadeira, compatível com o item 1 | Unid. | 12 |
| 21 | Protetor da porca do eixo de transmissão para roçadeira, compatível com o item 2 | Unid. | 6 |
| 22 | Porca para roçadeira, compatível com o item 1 | Unid. | 3 |
| 23 | Porca para roçadeira, compatível com o item 2 | Unid. | 9 |
| 24 | Lona encerada de algodão 3 x 3 metros | Galão | 5 |
| 25 | Óleo 2 tempos para roçadeira, de 500ml | Unid. | 200 |
| 26 | Galão/Recipiente de Combustível 5 litros confeccionado em polietileno de altíssima densidade e longa durabilidade; resistente a Raios UV; bico longo e com trava de segurança. | Unid. | 3 |
| 27 | Galão/Recipiente de Combustível 20 litros; confeccionado em polietileno de altíssima densidade e longa durabilidade; resistente a Raios UV; bico longo e com trava de segurança. | Unid. | 2 |
| 28 | Tela Protetora De Roçagem Urbano 4,0m Comprimento 2,0m Altura; fácil montagem e desmontagem; com 4 rodas maciças; resistente tela de nylon que retém os detritos que podem ser lançados durante a roçagem. | Unid. | 3 |
| 29 | Garrafa misturadora de combustível / óleo com capacidade para 1 litro. | Unid. | 3 |
| 30 | Vassoura Ancinho de Ferro 22 T (mínimo) - Material: Ferro COM cabo - em aço carbono ao boro especial; maior resistência e menor desgaste durante o uso; pintura eletrostática a pó, e alta proteção contra oxidação; cabo resistente e fabricado com madeira de origem renovável. | Unid. | 15 |
| 31 | Protetor auricular tipo concha / abafador de ruído; | Unid. | 6 |
| 32 | EPI-Cinto de sustentação duplo com costura reforçada, ombreira conforto, trava de segurança na frente com gancho universal, serve para qualquer tipo de roçadeira a gasolina ou elétrica; | Unid. | 6 |
| 33 | EPI - Luva de vaqueta com palma pigmentada em borracha com alta aderência - cano curto com reforço - dorso em raspa. | Unid. | 36 |
| 34 | EPI - Luva de Proteção AntiVibração e Impacto - Anti vibração - Redução dos distúrbios musculoesqueléticos - Revestimento único (palma) - Reduz os efeitos de vibrações e impactos - Proteção ao impacto (dorso e dedos) - Reforços flexíveis - Alta resistência ao impacto no dorso (metacarpos) -Ergonômica - Tecido leve (sem costuras) para uso prolongado com máximo conforto - Boa maleabilidade e aderência - 0% silicone. | Unid. | 12 |

* 1. O objeto da licitação tem a natureza de bens comum.
  2. A presente contratação adotará o Sistema de Registro de Preços, menor preço por itens.
  3. Após homologação do presente ato licitatório, a Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, não sendo prorrogável.

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
   1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
   2. Justifica-se, o pedido do presente objeto para atender à solicitação desta Secretaria, em virtude da necessidade conservação do patrimônio público que necessita de capina e roçada contínua, conforme demonstrado no anexo V, devido ao número expressivo de Escolas e prédios Administrativos que contém áreas verdes e ou se encontram em área rural.
   3. Conforme se verifica no mapa a seguir a distribuição das unidades é bem ampla, sendo os pontos vermelhos as unidades:



* 1. A equipe de Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, é a responsável pela execução dos serviços de jardinagem, capina e roçadas em suas 95 Unidades Escolares e em nos 4 prédios Administrativos sob a responsabilidade da SEMED. **Salienta-se que os materiais, equipamentos e EPI´s devem ser para uso profissional, visto que o uso é extremo e diário.**
  2. A presente solicitação de aquisição foi embasada no levantamento desta Secretaria Municipal de Educação, da necessidade periódica de serviços de capina e roçada nas unidades, bem como a lista dos equipamentos e acessórios necessários para a boa execução dos serviços e sem que haja interrupção por falta de peças e ou acessórios sobressalentes e ou materiais de consumo.
  3. **Equipamentos**

2.6.1 A aquisição dos equipamentos discriminados no item 1.1, se faz necessária, para aperfeiçoar e agilizar os serviços executados pela equipe de manutenção, tendo em vista a grande demanda de locais a serem atendidos, com amplas áreas a serem mantidas, que hoje estão sendo mal atendidos por limitações técnicas que esta aquisição irá sanar.

* 1. **Quantidades**

2.7.1 Justificativa das quantidades as quantidades foram avaliadas de acordo com a demanda da SEMED que nesse momento necessitam desses equipamentos e desse aparelho para que haja maior eficácia nos trabalhos realizados pela Subsecretaria de Infraestrutura, os quantitativos foram definidos com a equipe técnica interna e equipe técnica de roçada.

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:
   1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
   2. A aquisição pretendida se alinha à política que o Governo Municipal vem implantando na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de boas práticas, racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins.
   3. Faz-se necessária a aquisição destes bens (materiais, equipamentos e EPI’s) para o processo de manutenção das escolas, visto que uma das necessidades regulares das unidades vinculadas à SEMED envolvem a capina e a roçada das áreas externas, tanto das escolas localizadas em áreas urbanas quanto das áreas rurais, bem como dos prédios sob responsabilidade da SEMED, portanto, para que este serviço não seja interrompido e causem prejuízos ao funcionamento das escolas e de toda parte administrativa.
   4. Os materiais deverão ser apresentados e entregues em embalagens lacradas, as quais deverão constar a descrição técnica do material e manual de operação.
   5. Sob pena de desclassificação, as empresas deverão obrigatoriamente apresentar as marcas a serem cotadas.
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS
   1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art.1º da Lei n° 10.520 de 2002. Cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no item 1.1, conforme as especificações usuais no mercado.
3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
   1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (Cinco) dias, contados do(a) a contar a partir do pedido/autorização de fornecimento, no seguinte endereço: na sede da Administração da SEMED, na Praça Mal. Floriano Peixoto, 97 - Centro, Itaboraí - RJ, 24800-165, de segunda-feira a sexta-feira (exceto em feriados nacionais, Estaduais e municipais) no horário de 8:00 às 17:00 horas .
   2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (Cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
   4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   5. Os equipamentos e seus componentes deverão ter garantia técnica de 12 (doze) meses, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, contados a partir da data da entrega dos equipamentos;
   6. As soluções de manutenção e/ou suporte técnico poderão ser realizadas, por parte da contratada ou por empresa designada por ela ou pelo fabricante, quando necessário com a presença de técnicos especializados que emitirão laudo pormenorizado sobre os reparos ou sobre a necessidade de troca por produtos novos.
   7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
   1. São obrigações da Contratante:
      1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
      2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
      3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
      4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
      5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
   1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
      1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;**
         1. **O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;**
      2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
      3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
      4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
      5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
      7. arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados, durante a execução dos serviços de entrega;
      8. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Secretaria Municipal de Educação.
2. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

1. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
2. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
   1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993 e a Instrução Normativa nº 20 de 2019, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
   2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
   4. Os atestos referentes à execução do contrato deverão ser feitos pelo fiscal do contrato e pelo servidor designado da mesma pasta.
3. DO PAGAMENTO
   1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
   2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
   3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
   5. Constatando-se, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
   6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
   8. Será rescindido a Ata de Registro de preços em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
   9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
      1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
   10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100) ) | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |

365

1. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

12.1. Não se aplica

1. DO REAJUSTE
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
      1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
   2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
   3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
   4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
   5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
   6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
   7. O reajuste será realizado por apostilamento.
2. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
   1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para o presente objeto.
3. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.
   1. **Bens de Consumo:**

15.1.1**.** Conforme o item 10 encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares **(DA GARANTIA E ASSITÊNCIA TÉCNICA), o** prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.1.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

* 1. **Bens Permanentes:**

15.2.1. Conforme o item 10 encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares **(DA GARANTIA E ASSITÊNCIA TÉCNICA),** o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

* 1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
  2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
  3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
  4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
  5. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
  6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
  7. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
  8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
  9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
  10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
      4. Comportar-se de modo inidôneo;
      5. Cometer fraude fiscal;
   2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
      1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso; Multa moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, do 31º (trigésimo primeiro) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso. Multa moratória de 0,6% (zero vírgula seis por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, do 61º (sexagésimo primeiro) dia em diante, até o limite máximo de 150 dias, sem prejuízo das demais penalidades;
      3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
      4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      6. Impedimento de licitar e contratar com o município pelo prazo de até cinco anos;
         1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
      7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5,16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
   4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
      1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
      1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
   7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
   8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
   10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
   11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
2. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1 O custo estimado da Ata de Registro de Preços terá como base prerrogativas consoantes a Resolução Conjunta PMI CGM/PGM/SEMGOV/SEMPLA de 12 de abril de 2021.

17.2. O custo estimado da contratação será tornado público após a realização da pesquisa de preços no momento da publicação do edital de licitação.

1. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. Não se aplica ao presente processo de aquisição, haja vista tratarmos de Sistema de Registro de Preços.

**19. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

19.1 O presente Termo de Referência (TR) seguirá devidamente aprovado pela autoridade competente (ordenador de despesas), por meio de despacho, motivando a modalidade do pregão eletrônico ou presencial, indicando os elementos fundamentais que o apoiam.

Itaboraí**, 06 de junho** de **2022**.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
**Roana Pereira de Souza**  
Subsecretaria de Infraestrutura, Patrimônio, Material e Transporte  
Matr. 47.367

**De acordo,**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
**Mauricilio Rodrigues de Souza**  
Presidente do Fundo Municipal de Educação  
Secretário Municipal de Educação  
Mat. 44.719